

Roriz intervém a favor das nascentes

DF - Brasília

RICARDO MARQUES

Governador afirma que ação do Siv-Água no Guarú é correta e legal

ÁUREO GERMANO

Depois dos desentendimentos entre a Secretaria de Meio Ambiente (Semarh) e o Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água), ocorridos em função de operações de retirada de invasões na Colônia Agrícola Águas Claras, localizada no Guarú II, o governador Joaquim Roriz resolveu intervir a seu modo na disputa. Ontem, por meio do porta-voz, Paulo Fona, ele desautorizou as afirmações do secretário de Meio Ambiente Jorge Pinheiro, que se colocou contrário à retirada. Roriz afirmou que a ação do Siv-Água na região "é correta e legal".

O secretário afirmou, na sexta-feira, que as ações foram feitas de forma irregular por falta de autorização de sua pasta. "O Siv-Água é polícia e não órgão ambiental e só pode agir quando é acionado por alguma secretaria. Tudo o que eu puder fazer para impedir novas derrubadas, vou fazer", afirmou.

As ordens para a desocupação foram assinadas por José Aquilino Tollstaldios, servidor da Semarh que se encontra lotado no Siv-Água há cerca de um mês. Ao ser comunicado disso, o secretário quis desclassificar a atuação do servidor, sugerindo que ele teria agido de forma ilegal. "Nós não autorizamos nenhuma ação", afirmou Jorge Pinheiro. "Ele (o servidor) saiu da Secretaria, mas levou o talonário".

Mostrando-se indignado e, de certa forma, distante dos anseios de seu chefe, Jorge Pinheiro chegou a aconselhar os atuais moradores da Colônia

Agrícola Águas Claras a moverem ações judiciais contra o governo para impedir a continuação da desocupação.

DECISÃO - Após saber das afirmações de seu subordinado, Roriz foi enfático ao afirmar que, se por acaso faltou alguma assinatura para autorizar a realização da ação, "o governador assina". Ele lembrou ainda que o Siv-Água foi criado com objetivo principal de defender as nascentes e mananciais de água do DF. "As edificações que foram derrubadas prejudicavam as nascentes e o Siv-Água cumpriu seu papel ao defendê-las", afirmou o governador.

Um dos motivos argumentados por Jorge Pinheiro para posicionar-se contra a derrubada seria um estudo da área que estaria sendo feito por técnicos do órgão com o objetivo de encontrar soluções para a recuperação da região.

O secretário, inconformado, disse ainda que a Secretaria iria procurar saber onde seriam as novas ações do Siv-Água para impedir a ocorrência de outras derrubadas na colônia agrícola. Apesar das inúmeras tentativas de contato, a reportagem não conseguiu localizar o secretário Jorge Pinheiro na tarde de ontem para repercutir o posicionamento do governador.

Desde que iniciou sua ação na colônia Águas Claras, o Siv-Água derrubou mais de três mil metros quadrados de construções irregulares. As edificações estavam na Área de Preservação Permanente do Guarú II. Segundo o diretor do órgão, Carlos Magno, em 15 dias a área estará totalmente limpa.



Siv-Água já derrubou mais de 3 mil metros quadrados de construções irregulares no Guarú



O lençol freático quase superficial mostra a necessidade de manter aquela área preservada

ENTENDA O CASO

Situada numa área privilegiada à margem da Estrada Parque Taguatinga (EPTG), entre o Guarú e a cidade de Águas Claras, a Colônia Agrícola Águas Claras sempre foi uma atração para especuladores, devido à sua posição privilegiada. Cortada pelo Córrego Vicente Pires, a área é composta por 62 chácaras, com 20 mil metros quadrados cada uma, que vinham sendo alvo da ação de grileiros que as estavam parcelando em lotes menores. Temendo o surgimento de uma nova Vivente Pires, região onde a ocupação desordenada causou prejuízos irreversíveis ao meio ambiente, o governo, por meio da ação do Siv-Água, iniciou uma operação de retirada, no dia 28 de junho. No dia seguinte, ao retornar ao local para terminar o serviço, os funcionários do órgão encontraram resistência dos moradores, que armaram barricadas com pneus queimados. O esforço dos ocupantes foi vão. Com isso, o deputado distrital Fábio Barcellos (PFL) tentou negociar o adiamento da ação junto à Secretaria do Meio Ambiente (Semarh), ao conversar com o responsável pela pasta, pastor Jorge Pinheiro. Ao conferir a documentação apresentada pelo parlamentar, o secretário afirmou que a ação não foi autorizada pela Semarh. Na sexta-feira, Jorge Pinheiro questionou a competência do Siv-Água para realizar a derrubada. Ontem, o governador Joaquim Roriz posicionou-se favorável à retirada.